

Os tributos (impostos, taxas e contribuições) são uma preocupação constante do brasileiro. Certamente você já ouviu alguém se queixando ou você mesmo já reclamou do preço de um telefone celular ou outro aparelho eletrônico e como a tributação o torna tão mais caro. Há uma boa chance de você já ter notado isso em outros setores também. Da garrafa de vinho ao carro, a tributação compõe uma parte expressiva do custo de tudo o que compramos.

Isso, é claro, além do peso que a tributação tem na renda das famílias. Todo ano, normalmente em meados de maio, lemos notícias sobre a quantidade de dias que trabalhamos apenas para pagar impostos. Em 2019, segundo o [Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação \(IBPT\)](#), foram 153 dias.

Mas e na saúde? Você já se perguntou qual o peso da carga tributária?

É comum lembrar dos gastos com planos na época de declaração de imposto de renda - vale lembrar, um direito garantido em constituição, não uma benesse do governo, [como já apontamos aqui](#) e em diversos outros posts. Mas a carga tributária tem um elevado peso no setor e quase todo pago pela iniciativa privada.

O recém-publicado [estudo Realidade tributária da rede hospitalar brasileira](#), encomendado ao [IBPT pela Federação Brasileira de Hospitais \(FBH\)](#), analisou a carga tributária da saúde entre 2014 e 2018 e revelou que a carga tributária na saúde é crescente, especialmente para a iniciativa privada.

Em 2014, a arrecadação do setor foi de R\$ 77,7 bilhões, o que equivale a 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) da saúde naquele ano, de R\$ 305,1 bilhões. Sendo que R\$ 72,3 bilhões do montante arrecadado foram pagos por empresas privadas que atuam no setor.

Já em 2018, a arrecadação chegou a R\$ 103,7 bilhões, sendo R\$ 98,6 bilhões provenientes da iniciativa privada. Como o PIB da saúde foi de R\$ 378,5 bilhões no ano passado, a carga tributária equivale a 27,4%. Aumento de quase 2 pontos percentuais (p.p.).

Afinal, o que isso significa no dia a dia? De onde vem essa arrecadação? De diversos lugares. Os medicamentos que compramos nas farmácias ou são ministrados em prontos-socorros e hospitais têm uma carga tributária média de 33,9%. Do preço de um exame de raio x, 40,3% é composto por tributos. A cama hospitalar usada para tratar um paciente internado tem carga tributária de 42,8% e uma ambulância, de 35,6%.

Claro que parte do que todas as esferas do governo arrecadam com essas práticas tem a importante função de custear o Sistema Único de Saúde (SUS), mas será que o modelo é realmente efetivo? Ao nosso ver, não.

O excesso de tributação torna o acesso à saúde mais cara para todos. Não só para os que têm planos de saúde ou para os que almejam tê-lo - e, [como já apontamos aqui](#), este é o 3º maior desejo do brasileiro -, uma vez que essa tributação efetivamente entra na conta do custo dos planos para determinar seu preço de comercialização, mas também para aqueles que contam com o SUS. E não apenas quando vamos a farmácia ou temos que pagar um exame do próprio bolso.

Empresas privadas, inclusive as que prestam serviços ao SUS, também são confrontadas por essa realidade. Não à toa, de 2010 até maio de 2019, segundo o estudo do IBPT, 2,2 mil hospitais privados fecharam no Brasil. E não estamos falando de grandes hospitais. Em sua maioria, eram hospitais com até 50 leitos (69,9%) no interior dos estados (66,7%). Além disso, cerca de metade (49,2%) atendiam ao SUS.

Uma perda para o setor e para as pessoas que contavam com essas instituições para cuidar de sua saúde, mas também para a economia do País como um todo. Já que além dos empregos do setor,

esses fechamentos impactam a economia local e a redução de demanda para prestadores de serviços indiretos, como restaurantes, agentes de limpeza e outros.

Acreditamos que o estudo encomendado pela FBH joga luz sobre uma importante questão para o futuro da saúde e do País. Precisamos debater a carga tributária e a adoção de programas que efetivamente proponham incentivos fiscais – como há em outros países, **lembre** – sob pena de estrangular o desenvolvimento nacional.

**Fonte:** IESS, em 08.11.2019